

Reforço do compromisso

O novo pacote econômico surpreende, positivamente, pelo tamanho do ajuste fiscal pretendido, cerca de R\$ 20 bilhões, algo próximo de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB). A severidade pode assustar, mas não tem sentido, nesta altura, discutir se o governo deveria ou não adotar medidas mais brandas ou com risco menor de recessão. No mercado nacional, até sexta-feira à noite, a expectativa era de um acerto muito menor, equivalente a 0,5% do PIB. O resultado final poderá não ser tão grande, porque haverá maiores despesas com juros e, além disso, a arrecadação será prejudicada, provavelmente, pelo esfriamento da economia. Por este e por outros motivos, o governo optou por um lance mais drástico do que se previa. Diante da insegurança no mercado financeiro internacional, o mais prudente, mesmo, é deixar clara a disposição de proteger o real com todos os meios.

A mensagem é destinada, em primeiro lugar, ao aplicador estrangeiro: o Brasil continua a ser um destino seguro para seu capital, porque a mudança é de ritmo, e não de rumo, e não se pretende mexer no câmbio. As novas medidas devem servir como garantia desse compromisso. Se antes havia motivo para

apostar no real, a firmeza do governo diante do novo desafio pode ser vista como um reforço do compromisso inicial: em mais um teste difícil, a estabilidade é confirmada como objetivo prioritário. Mas o recado vale também para o público interno. Não está sendo lançado um Plano Real nº 2. A política de câmbio se mantém, o plano original continua em operação e os acertos prometidos valem como reforço, não como alteração do programa oficial. Se o governo, há 11 anos, houvesse agido da mesma forma depois da célebre reunião de Carajás, poderia ter sido outra a história do cruzado. A lembrança pode causar arrepios, mas a comparação é tranquilizadora. A fase dos planos sucessivos está encerrada e o compromisso assumido há quase quatro anos, quando o atual programa de ajuste foi lançado, permanece intacto.

Parte das novas medidas foi anunciada como temporária. É o caso do aumento de impostos. Cortes de investimentos também devem valer por tempo limitado, assim como a



restrição ao reajuste do funcionalismo. Mas o ajuste nos quadros de pessoal, a fiscalização dos gastos e os critérios para financiamento a Estados devem ser permanentes. São condições indispensáveis à boa gestão dos meios públicos. Da mesma forma, parte do arrocho comercial deve ser passageira. As medidas de apoio financeiro à exportação, assim como certos mecanismos de controle da importação, devem ser consagradas como instrumentos

normais de política, indispensáveis a um país com economia aberta. "Somos um dos últimos países relevantes que ainda não praticam o sistema de valoração aduaneira", disse, com notável franqueza, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, ao anunciar a adoção desse mecanismo. A declaração pode ser interpretada como severa auto-crítica. Parte não desprezível da importação se realiza com subfaturamento ou com preços absurdamente abaixo de qualquer padrão razoável. Muitas indústrias têm sido sacrificadas, no Brasil, por uma abertura econômica

mal administrada. Muitos milhares de empregos têm sido eliminados, no Brasil, não por causa de uma inevitável modernização da indústria, mas em consequência de uma competição inaceitável segundo padrões internacionais. Outras medidas, como aquelas destinadas a reforçar o financiamento à exportação, também poderiam, e deveriam, ter sido tomadas muito mais cedo. O governo correu um risco

Optando pela austeridade, o governo enviou uma mensagem ao aplicador estrangeiro

desnecessário, ao tratar o setor externo da economia como área de baixo risco. Ao contrário: é a área de maior perigo, como agora se comprova.

Mas o governo reagiu e cuidou de reforçar as defesas do real. Acima de tudo, vale, portanto, o comentário do diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus: "Damos as boas-vindas a este pacote, que atesta a determinação do governo de salvaguardar os ganhos obtidos com o Plano Real em termos de redução da inflação e melhora do padrão de vida da população."